

Licença gestante de 6 meses: benefício?

O aumento da licença gestante não estava na pauta do movimento como prioridade, muito menos na pauta de reivindicações da AMB ao Estado brasileiro. Ao contrário, a prioridade na luta feminista é por Previdência universal, pela inclusão de todas as mulheres nos direitos previdenciários. Hoje, grande número de mulheres - maioria no mercado informal de trabalho - está sem qualquer proteção social. Esta é a questão prioritária. As transnacionais têm auferido grandes lucros nas costas do trabalho informal das mulheres por toda a América Latina, por isso que simultaneamente precarizam as relações de trabalho.

Mas veio a proposta de ampliar a licença gestante. Porém, com dois problemas: a decisão final sobre ter, ou não, mais 2 meses de licença cabe ao patrão, e não às mulheres. Além disto, a mulher que optar (e conquistar) o direito a mais dois meses de licença fica proibida de usar serviços de creches públicas para sua criança. Ou seja, deve ficar em casa, confinada ali, nas suas funções maternas. Que concepção de maternidade orienta os/as legisladores ao proporem algo assim? Onde fica a luta histórica feminista pelo direito a creches?

Em termos práticos, o 'benefício' da licença será para poucas. Em termos de cultura política podemos ter aí mais um malefício que benefício.

Leia mais na seção **CONt**exto

Seguridade Social sob ataque

Na atual conjuntura, enquanto segue o debate sobre a reforma constitucional do art.195 (que prevê o orçamento da Seguridade Social), aprofunda-se o modelo de reforma na gestão do SUS, que passa a ser fortemente orientado pela lógica de mercado e não por uma visão de saúde pública como dever do Estado. Avança, portanto, a política das fundações privadas para gestão dos serviços, e chega a vez do Estado de Pernambuco. Neste ponto, aliam-se, por razões distintas, a bancada estadual e federal da base governista e da oposição, como foi em outros estados do país nos últimos anos .

Analisada em separado cada iniciativa de 'reforma' do sistema ficamos sem uma visão da política hegemônica. Mas, vejamos: o governo Fernando Henrique Cardoso fechou o Conselho de Seguridade Social. O governo Lula vai eliminar o orçamento da Seguridade (saúde, previdência e assistência) e os governos estaduais instalam as fundações privadas para gestão dos serviços. Além disto, a reforma universitária defendida pelo movimento sanitaria empacou, cresce a presença dos planos de saúde privados, a lei de responsabilidade fiscal segue operando contra a contratação de RH e aumentos na folha de salários do Estado. Assim, do ponto de vista da luta por direitos, o que está em curso é o sucateamento do SUS e a violação de seus princípios pela instituição, na prática, de um modelo de Estado privatista.

Neste contexto, é preciso ter em conta que o mercado nunca foi e não será capaz de garantir igualdade, ou acesso a serviços de saúde para todos e todas, mas tão somente para quem pode pagar por isto. É preciso lembrar que saúde tratada como mercadoria tem qualidade variável de acordo com o preço pago. Somente o Estado poderá promover seguridade social e sistema público universal de qualidade para todos e todas em suas especificidades.

Longa vida ao Fórum dos Movimentos de Mulheres por Seguridade Social que, em agosto deste ano, posicionou-se por enfrentar a luta por seguridade social no Brasil. (leia declaração do FIPS na seção Previdência Universal do sítio eletrônico da AMB: (www.articulacaodemulheres.org.br).

Unasul, democracia e lutas sociais

Todas nós acompanhamos, apreensivas, os conflitos na Bolívia, em especial após o referendo de agosto, quando a população boliviana conferiu legitimidade aos mandatos de Evo Morales (até com mais votos do que ele havia obtido quando eleito) e também a vários outros mandatos que estavam colocados em xeque pela ação de uma elite - derrotada eleitoralmente - mas que não aceita sua derrota.

Na Bolívia, uma série de atentados terroristas estão sendo realizados por paramilitares, e cresce a violência contra as populações indígenas. Os assassinatos de camponeses e estudantes indígenas sem dúvida expressam a disputa por recursos econômicos e pelo controle político do país. O que assistimos é mais do que crime de ódio por razões étnicas, mas é principalmente isto, basta ver a forma brutal de violência e a tortura perpetrada contra as/os indígenas estudantes antes de serem assassinados. Nas regiões de conflitos, são mais de 100 o número de desaparecidos. Corpos são encontrados na selva, muitos são os feridos e 15 os mortos.

Neste ambiente político, o que está em jogo é a legitimidade das instituições: pode a democracia enfrentar questões estruturais e promover reformas estruturais na América Latina? Ou nossas elites defendem a democracia apenas até quando ela não redunde em ameaça a seus interesses?

O governo Evo Morales está duplamente legitimado - pelas eleições e pelo referendo. Entretanto, como promove mudanças profundas na organização da sociedade boliviana está em questão. Isto parece um filme já visto, mas com algumas diferenças. Os movimentos sociais indígenas estão mais fortes e resistem, contando com o respaldo de grande parte da população. Os Estados Unidos estão sendo mantidos à distância do conflito, e seu embaixador na Bolívia foi expulso pelo governo.

Em tudo isso, inovadora é a declaração conjunta de 'las Jefas e Jefes de Estado e de Gobierno de Unasur', a começar pelo título (veja nos anexos desta edição). Reunidos/as no Chile, em uma reunião extraordinária convocada exclusivamente por conta da crise política na Bolívia, chefes e chefas de Estado da América Latina reconhecem e conferem legitimidade constitucional ao Governo de Evo Morales, posicionam-se contra qualquer golpe civil e contra ações que comprometam a integralidade do território da Bolívia. Apelando para que os atores políticos e sociais suspendam medidas violentas, de intimidação e, mais importante, de desacato a institucionalidade democrática na Bolívia. Enfim, governantes posicionam-se contra as elites bolivianas e suas iniciativas separatistas lideradas por alguns "prefeitos" (equivalente ao cargo de governador) do leste da Bolívia, região mais rica do país.

[Leia mais na seção CONtextos](#)

20 anos de lutas das Trabalhadoras Domésticas

De 19 a 21 de setembro, em Recife, acontece o "Seminário 20 anos do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Grande Recife".

A programação aborda desde políticas públicas para a categoria até propostas de enfrentamento aos desafios da luta das trabalhadoras domésticas no Estado, além da história e do futuro do trabalho doméstico em sua dimensão de gênero, raça e organização política. O seminário acontece na Rua Múcio Uchoa Cavalcanti, 470 - Engenho do Meio - Recife/PE.

Fundação

Em 1979, foi criada a Associação das Trabalhadoras Domésticas do Grande Recife, mas somente na Constituinte de 1988, o trabalho doméstico assalariado foi reconhecido.

Isto se tornou ponto de partida para sua valorização enquanto profissão. Foi neste ano que as domésticas da Região Metropolitana fundaram o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas.

"Foi na Constituinte de 88 que finalmente conseguimos direitos como salário mínimo; 13.º salário; férias anuais; licença gestante, com garantia de emprego e salário por 120 dias; aviso prévio e aposentadoria, com a integração no sistema previdenciário", recorda Lenira Carvalho, presidente de Honra do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas.

A valorização do trabalho doméstico é uma demanda urgente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária e menos discriminatória. "Diante desses 20 anos do Sindicato é preciso olhar o passado para entender o presente, e assim pensar que futuro queremos para nós, trabalhadoras domésticas", completou Lenira Carvalho.

II Marcha Popular Campo e Cidade: soberania alimentar e direito à cidade

De 14 a 21 de setembro, o Fórum de Mulheres do Espírito Santo, integrante da AMB e da Rede Alerta Contra o Deserto Verde realiza a II Marcha Popular Campo e Cidade: soberania alimentar e direito à cidade, no Espírito Santo. O percurso começa em Jacaraípe (município de Serra) e termina em Vitória, passando por bairros das periferias urbanas. A idéia é abrir discussões acerca dos temas da Marcha durante o percurso.

Em comemoração ao Dia Internacional contra as Monoculturas de Árvores (21 de setembro), haverá debates com as mulheres, apresentações de filmes e debates sobre alimentos, educação, política de cotas, relação de trabalhos na cidade e no campo, meio ambiente, habitação popular, violência urbana.

Na quinta-feira (18), o Fórum de Mulheres do Espírito Santo promove um debate sobre "Mulheres do Campo e da Cidade", com mulheres no Centro de Treinamento de Carapina, às 19h.

Além das discussões haverá apresentações culturais. O encontro encerra no domingo (21) às 12h, em Vitória.

CONtextos

Licença Maternidade - Anexamos a esta edição um arquivo com dois textos: um de Verônica Ferreira, pesquisadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, e o outro de Lena Lavinás, doutora em economia, professora associada do Instituto de Economia da UFR. Em pdf, segue também um artigo de pesquisadoras francesas sobre a situação na Europa, que contribui para termos uma visão da conjuntura internacional nesta questão.

Unasul - Para compreender o conflito na Bolívia anexamos a esta edição um arquivo com três textos. Ao contrário do que tem noticiado a mídia brasileira, o conflito na Bolívia não é nacional, mas localizado na região Leste do país, onde estão cinco 'departamentos' (similar a Estado) de 'prefeitos' (equivalente a governadores) que fazem oposição ao governo de Evo Morales. É nessa região onde está localizada a elite boliviana, que detinha o poder até antes da posse do Presidente Evo Morales. No último dia 12, o governo declarou estado de sítio no departamento de Pando, devido à morte de oito pessoas em enfrentamento com funcionários do governo departamental em El Porvenir.

No mesmo dia, as Forças Armadas confirmaram deslocamento de soldados às regiões em conflito para recuperar as instituições públicas. De acordo com a Federação Única de Trabalhadores Camponeses de Pando, no país já somam 25 mortos, e 106 desaparecidos. Para o movimento de mulheres que fazem parte da Plataforma de Mulheres da Cidadania e Equidade, o país enfrenta a intolerância fruto de interesses e privilégio de setores minoritários.